

Apresentação

OUTROS TEMPOS, OUTROS ENSINOS, OUTRAS HISTÓRIAS

Vivemos **num tempo de** golpes contra a democracia - Brasil, Equador, Bolívia, Chile, para enumerar os mais recentes - em que emergem projetos de Lei que criminalizam a prática docente; **num tempo de** uma base nacional curricular comum para o ensino centrada numa visão europocêntrica e que enfraquece a formação humana; num tempo da retirada da disciplina de História do Ensino Médio; **num tempo de** um poder judiciário que assume posições tendenciosas; **num tempo de** extermínio de direitos trabalhistas e previdenciários; **num tempo de** governantes que acabam com os planos de carreira do magistério e tantos outros trabalhadores; **num tempo** em que setores sociais e governamentais colocam sob litígio conquistas históricas como as leis que instituem o ensino de história e cultura dos povos de matriz africana e indígena; **num tempo de** extermínio de jovens negros; num tempo de assassinatos quase quotidianos de indígenas; **num tempo de** incêndios e destruição de florestas; **num tempo de** ódio ao saberes científicos, enfim **num tempo de** ódios e obscurantismos, especialmente contra negros e indígenas.

Apesar de tudo ser feito para calar as vozes daquelas que se rebelam e rebelarão buscando viver **num outro tempo** aquele de busca, de esperanças, de lutas, de sonhos com e por outros ensinamentos de Histórias outras, de outras relações étnico-raciais pautadas no respeito, na igualdade e na diferença.

Na busca desses outros tempos construímos o dossiê *Ensino de história e relações étnico raciais: diálogos afro-indo-latinos* composto por 12 artigos e uma resenha, os quais de forma mais ou menos direta relacionam-se com a temática proposta. São produções que buscam amplificar o debate sobre a Educação das Relações Étnico Raciais, demarcando o campo do Ensino de História em que professores e estudantes/pesquisadores engajados nos estudos e pesquisas em pauta propuseram artigos e uma resenha que focam o diálogo intercultural pelo viés das experiências de ensino/pesquisa evidenciando a diversidade e complexidade que envolvem tais relações educativas no Brasil e Colômbia.

No artigo *Etnoeducação, etnização afro-colombiana e forças decoloniais* de autoria de Santiago Arboleda Quiñonez apresenta como um campo de gestão e produção de alteridade, bem como auto-representação positiva, no processo de um projeto de

transformação e, até certo ponto, uma ruptura com o paradigma monocultural que prevalece na educação colombiana e em geral em nossos países da América Latina. O autor defende que o projeto etno-educacional estabelece propósitos abertamente decoloniais e libertadores, baseados na experiência e pensamento dos povos indígenas e afro-colombianos

Em *Memória/identidade Xokó e a decolonização do ensino de História*, os autores Lucas Wendell de Oliveira Barreto, Valéria Maria Santana Oliveira e Ilka Miglio de Mesquita propõe contribuir para o ensino de História indígena por lentes decoloniais. Para tal, utilizam como fontes de pesquisa as músicas autorais do povo Xokó, habitantes da cidade de Porto da Folha/Sergipe, reunidas e digitalizadas por meio do projeto extensionista “A aldeia vai à cidade”, desenvolvido na Universidade Tiradentes, em Aracaju.

No artigo *Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais* os autores Odair de Souza e Elison Antonio Paim problematizam o eurocentrismo derivado da colonialidade do poder, do saber e do ser como gerador do racismo estrutural e institucional. Apresentam o resultado da pesquisa “A educação para as relações étnicorraciais no ensino de história: memórias e experiências de professoras da educação básica” desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História- Profhistória da Universidade Federal de Santa Catarina. Dialogamos com narrativas de professoras coletadas na forma de entrevistas orais gravadas e depois organizadas na perspectiva metodológica de Walter Benjamin construindo mônadas.

Os autores Antonio Dyego Vasconcelos Garcia e Edson Silva no artigo *Discutindo os protagonismos indígenas na aula de História: diálogos sobre o povo Xukuru do Ororubá em Pesqueira/PE* apresentam reflexões sobre uma experiência de protagonismo indígena nas aulas de história. Partindo dos diálogos com a participação de representantes do povo indígena em sala de aula. Evidencia-se que o ensino foi para além do livro didático, enfatizando suas mobilizações para a conquista e garantias de direitos, especificamente às terras onde habitam, para afirmação da identidade nas relações de convivência com os não índios.

Em *Que História Pública é contada sobre os povos africanos no Museu Egípcio Itinerante?* Cyntia Simioni França narra uma ação educativa desenvolvida em um Museu Egípcio Itinerante, na cidade de Londrina, no norte do estado do Paraná, com estudantes

do 9º ano do Ensino Fundamental. O museu é compreendido como lugar de trânsito, deslocamentos, transfigurações e ultrapassagens em que afloram relações dinâmicas e intrincadas entre os sujeitos na experiência de aprender e sentir os enovelamentos temporais. Procurou conceber ações educativas que provocassem o estranhamento dos sentidos históricos propostos nos museus como uma prática de leitura a contrapelo do museu Egípcio.

No artigo *O ensino da temática indígena nas escolas da Rede Pública de Ponta Porã – MS*, Elizabeth Vieira Macena e Beatriz dos Santos Landa apresentam o resultado de pesquisa realizada com estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Buscaram compreender e avaliar como a Lei 11.645/2008 que estabelece a inclusão no currículo da História e cultura indígena vem sendo ou não implementada pelos/as docentes de História nas escolas selecionadas da rede pública da Educação básica do município de Ponta Porã/MS. Apoiadas nos estudos do grupo Modernidade/Colonialidade analisam como esta temática pode construir espaços interculturais e práticas decoloniais ao posicionar a História destes povos em igualdade de posição à História eurocentrada.

O PIBID/História na UNEB e as demandas identitárias do tempo presente, artigo de Adriana Silva Teles Boudoux analisa os subprojetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência executados entre 2014 e 2017 pelas Licenciaturas em História da Universidade do Estado da Bahia. Para tanto, expõe o debate travado nos campos da História do Tempo do Presente e do Ensino de História sobre as relações destes com as demandas sociais. Na sequência, faz uma apresentação dos subprojetos selecionados para estudo, inserindo-os no cenário brasileiro, onde políticas foram sendo adotadas nos últimos quinze anos.

Em *A presença ausente dos indígenas e dos negros nas histórias das fortalezas catarinenses e o ensino de História* Pedro Mülbersted Pereira e Jéssica Lícia da Assumpção propõe evidenciar a presença ausente de indígenas e negros no processo de patrimonialização da Fortaleza de Anhatomirim. O processo de patrimonialização é compreendido em três movimentos: discursos, restauro, usos. Apresentam as narrativas provenientes de uma dada historiografia catarinense, marcadamente eurocêntrica, que privilegia as contribuições dos colonizadores europeus em detrimento dos povos indígenas, africanos e afrodescendentes para a formação social, econômica e cultural de Santa Catarina.

O artigo *Narrativas sobre a Diáspora Africana: um site educativo para a construção do conhecimento histórico a partir da trajetória de africanos em sala de aula* de autoria de Carolina Corbellini Rovaris apresenta uma proposta didática resultante da pesquisa intitulada “Narrativas sobre a Diáspora Africana no Ensino de História: trajetórias de africanos em Desterro/SC no século XIX”. Procura debater a construção do conhecimento histórico por meio da produção de narrativas sobre populações de origem africana em Desterro/SC no século XIX, possibilitando aos estudantes evidenciar e conhecerem a agência destes sujeitos ao longo dos processos históricos. O artigo apresenta o desenvolvimento do site e suas possibilidades de trabalho em sala de aula.

Melina Kleinert Perussatto, Fábio Araújo e Taíse Staudt no artigo *Por um ensino de História antirracista* registra uma experiência de formação de professores/as ocorrida em uma disciplina optativa de um curso de Licenciatura em História, trazendo ganhos e desafios de um ensino de história antirracista. Visa contribuir para a descolonização curricular e a implementação dos marcos legais em torno do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e da educação das relações etnicorraciais no Brasil.

O artigo *A História no Currículo Base do Território Catarinense* de Núcia Alexandra Silva de Oliveira, Helena Alpini Rosa, Denize Aparecida da Silva apresenta o processo de escrita do componente curricular História no Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense. Publiciza alguns dos movimentos que resultaram no texto como o processo de redação do texto; a revisão realizada com o grupo de profissionais de História; a estrutura apresentada para o Componente Curricular e, por fim, uma discussão sobre os limites e as possibilidades do texto redigido.

Em *Intelectuais, ditadura e modernização em Santa Catarina*, Michel Goulart da Silva debate a ideia de modernização elaborada por uma parcela dos intelectuais durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Analisa a produção dos intelectuais Alcides Abreu e Nereu do Valle Pereira, vinculados aos governos de cunho militar. Evidencia-se a produção de uma cultura política compartilhada por escritores, professores e outros intelectuais, que colaboraram com a construção de um discurso de legitimação do regime ditatorial.

Na seção resenha Tatiana Oliveira Santana apresenta o livro *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* organizado pelos autores decoloniais Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, publicado pela Editora Autêntica em 2019. A escrita da autora pauta-se em problematizações como Quais são as nossas contribuições num mundo afrodiaspórico? Como podemos escrever o livro de nossas vidas

e nos libertar das amarras processuais de colonização do conhecimento iniciadas no período colonial? Como apreender com as resistências negras e indígenas sem deixar de invisibilizar os *locus* de enunciação? Quem tem o direito de viver e quem não tem? O privilégio de conhecimento de uns tem como indução a negação ou a afirmação de um corpo-política do conhecimento?

Em tempos de golpes e múltiplos retrocessos, como explicitamos no início desta apresentação, faz-se necessário pesquisar, debater, ensinar, problematizar nas escolas, nas universidades, nas ruas, igrejas, terreiros, aldeias, nos mais diversos lugares, as temáticas relativas aos povos *afro-indo-latinos*. Para tanto, não basta a existência de Leis antirracistas se não houver vontade política institucional e de cada sujeito, especialmente professores(as), diretores(as), estudantes ou dirigentes governamentais no combate à discriminação racial, silenciamento ou apagamento de memórias que não são daqueles que a mais de 500 anos estão no poder em nossa afrolatinoamérica.

Elison Antonio Paim

Mônica Martins da Silva

Organizadores do Dossiê *Ensino de história e relações étnico raciais*